

Por Jornal O Globo - Segunda-feira, 2 de julho de 2012

A INCRÍVEL HISTÓRIA DO GUERRILHEIRO QUE RECRUTOU A MÃE PARA A LUTA ARMADA, PARTICIPOU DE "JUSTIÇAMENTO" E DEU AULA DE MÚSICA A CRIANÇAS: É HORA DE "JOGAR LUZ" NOS PORÕES

A Globonews reexibe a uma da manhã e às onze da manhã desta terça-feira o depoimento do ex-guerrilheiro Carlos Eugênio Paz, o "Clemente". O último comandante militar do grupo guerrilheiro ALN faz confissão sobre execução de companheiro porque acha que é hora de todos os lados envolvidos na luta armada virem a público dizer o que aconteceu nos "porões".

Um dos principais personagens da luta armada contra a ditadura militar confessou, diante das câmeras da Globonews, ter participado pessoalmente da execução de um companheiro - um integrante da chamada "coordenação nacional" da Ação Libertadora Nacional (ALN) que caíra em desgraça junto ao comando da organização.

Em declarações anteriores, o ex-guerrilheiro admitira que tinha participado da reunião do "Tribunal Revolucionário" que selara a execução. Mas nunca tinha admitido ter sido um dos executores da sentença.

O cenário da confissão foi o estúdio G da TV Globo, no Jardim Botânico, durante a gravação de um depoimento para o programa Dossiê Globonews (a entrevista completa vai ser reexibida neste domingo, às 17:05). O autor da declaração: Carlos Eugênio Paz, o Clemente, comandante militar da Ação Libertadora Nacional, organização criada por Carlos Marighella para combater, com armas, o regime militar.

Primeiro, Carlos Eugênio Paz falou genericamente sobre a decisão "colegiada". Depois, ao ser perguntado pela terceira vez se tinha participado diretamente da execução, respondeu:

- É uma informação que até hoje não dei. Você está perguntando. A verdade verdadeira é que não dei porque ninguém teve esta atitude de me perguntar diretamente. Particpei – sim – da ação. Um comando de quatro companheiros participou. Não fui sozinho. Os outros três estão mortos. A execução foi feita a tiros, numa rua, nos Jardins, em São Paulo, no dia 23 de março de 1971. Tomamos aquela decisão coletivamente. Era uma decisão de organização. Não assumo sozinho. Não sou maluco, não sou louco de decidir uma coisa dessa sozinho. Isso é uma direção. A ALN considerou que ele passava a ser um perigo para a própria organização, porque era dirigente, pela quantidade de informações que ele tinha e pelo fato de que estava abandonando companheiros à própria sorte num combate. É essa a questão.

Ao quebrar um voto de silêncio que deveria durar até a morte, Carlos Eugenio Paz diz que quer dar o exemplo nestes tempos de Comissão da Verdade: se um ex-guerrilheiro confessa participação num ato "nada glorioso", militares envolvidos em atos violentos deveriam, também, vir a público para relatar o que ocorreu nos "porões":

- Enquanto as duas partes não falarem abertamente, vai se ficar jogando tudo para baixo do tapete. Faço uma exortação: eu estou aqui contando tudo. Conto o que dá glória e o que não dá glória. O nosso lado foi todo investigado. O que não foi investigado é: onde está Paulo de Tarso Celestino – da ALN ? Onde está Jonas? Cadê o corpo de Jonas ? (Preso por agentes do Doi-Codi no Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1971, o advogado Paulo de Tarso Celestino, que militava na ALN, desapareceu desde então. O ex-operário Virgílio Gomes da Silva, o Jonas, um dos chefes da ALN, comandou em setembro de 1969 o operação de seqüestro do embaixador americano. Preso três semanas depois, entrou para a lista dos desaparecidos políticos). Evidentemente, mataram. Mas por que mataram ? Onde mataram ? Quem matou ? Onde está ? Isso nos importa. Porque os livros de História precisam ter estas lacunas preenchidas. Você não pode entrar na História, causar tudo o que causamos e, depois, não querer assumir as coisas. Eu assumo! Como não temos vergonha do que fizemos, contamos.

A confissão do ex-comandante militar da ALN significa, na prática, que uma cena ocorrida no dia 23 de março de 1971, na rua Caçapava, na Consolação, em São Paulo, finalmente ganhou um desfecho – quarenta e um anos depois. Naquele dia, um comando da ALN formou uma expedição punitiva para executar a tiros o militante Márcio Leite de Toledo. Ex-estudante de sociologia de vinte e seis anos de idade, Toledo tinha sido enviado a Cuba para treinar guerrilha. Voltou, clandestino, ao Brasil.

A volta coincidiu com a morte de dirigentes da ALN, capturados pelos órgãos de segurança.

Márcio se tornou, então, uma espécie de dissidente dentro da organização. Tinha dúvidas sobre se a tática de luta da ALN era correta. Resultado: reunido, o comando da ALN decidiu que Toledo passara a ser um perigo para a organização. Se desertasse, levaria consigo todos os segredos sobre as táticas de luta, identidade dos militantes e planos da ALN.

A decisão extrema foi tomada: Mário seria executado. Um encontro foi marcado para a rua Caçapava. Quando chegou ao local, Márcio Toledo Leite foi surpreendido pelo comando da ALN – que abriu fogo contra ele. Panfletos deixados no local diziam que a ALN, "uma organização revolucionária em guerra declarada, não pode permitir uma defecção desse grau em suas fileiras".

Os executores da sentença de morte selaram, desde então, um pacto de silêncio:

- "Um comando é designado. Os componentes fazem pacto de silêncio. O ato mais polêmico da história da ALN é cometido (...). É uma ação de sobrevivência, não nos trará glórias nem conseguiremos jamais saber se foi ou não acertada, simplesmente os tempos exigem" – escreveria Carlos Eugênio em suas "memórias romanceadas" – o livro Viagem à Luta Armada.

Numa declaração ao Fantástico, em 1996, ele finalmente reconheceria que a morte de Márcio Toledo foi "um erro", mas não admitiu a participação direta na execução:

- O comando de quatro pessoas tomou a decisão de manter o segredo até a morte.

"Clemente": biografia agitada (Foto: Jorge Mansur)

MISSÃO: SEQUESTRAR O COMANDANTE DO II EXÉRCITO

"Clemente" é o único sobrevivente do comando da ALN. Todos os outros estão mortos. Carlos Eugênio – que adotou como nome de guerra o sobrenome de um ex-jogador do Corinthians e do Bangu, Ari Clemente – diz, na entrevista, que um dos mais ousados ataques da ALN

chegou a ser parcialmente executado, em São Paulo: nada menos que o sequestro do comandante do II Exército, general Humberto de Souza Melo, um militar de "linha dura". O ataque não chegou a ser noticiado pelos jornais, então submetidos à censura. A guerrilha nunca tinha tentado seqüestrar um militar de alta patente. O comando da ALN decidiu, no início de 1971, que a hora tinha chegado.

A ALN descobriu que o comandante do II Exército frequentava uma igreja batista na rua Joaquim Távora, na Vila Mariana, em São Paulo. Um comando de dez guerrilheiros foi ao local. O que aconteceu foi uma cena digna de filme de Tarantino: guerrilheiros e agentes do DOI-CODI – uns apontando armas para os outros. Em meio a tudo, o comandante do II Exército, sob a mira do comandante Clemente:

-Eu estava com um fuzil. Nosso companheiro José Milton Barbosa estava com uma metralhadora alemã de nove milímetros. Chegamos a render o general na porta da igreja. Neste momento, chega uma patrulha do DOI-CODI. Ficou o general – com uma pequena comitiva – na porta da Igreja. Nós, em volta do general. E os agentes do DOI-CODI em volta da gente. Houve um "cerco dentro do cerco". E ainda havia outro carro nosso – que estava apontando para o "cerco do cerco". Eu disse ao general: "Aqui, vai morrer muita gente. Os agentes estão nos cercando. Mas nós estamos o cercando. Se algum tiro for disparado, a primeira rajada vai ser no peito do senhor! Vai ser um morticínio". O general disse: "Não! Aqui, hoje, ninguém vai morrer!". Começamos a recuar, mas sempre apontando as armas para ele. Fui o último a entrar no nosso carro – que partiu em disparada. Devo dizer que o general se portou como combatente. Há uma coisa que, nós, combatentes, prezamos: é o outro combatente se comportar como combatente. O general não demonstrou nervosismo. Neste dia, a gente salvou a vida de um bocado de gente – inclusive do general. Porque, se eles disparassem, nós iríamos disparar. O general ia morrer. Quem estava na comitiva morreria. E nós todos iríamos morrer também.

O CONSELHO DE MARIGHELLA: "UM COMANDANTE SÓ APRENDE A MANDAR QUANDO APRENDE A OBEDECER"

Carlos Eugênio cita três nomes que estavam na lista dos "sequestráveis" da ALN : o presidente do Bradesco, Amador Aguiar; o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Theobaldo De Nigris, além do presidente do grupo Ultra, Peri Igel:

-Tínhamos essa lista. Prefiro chamar de captura de agentes do inimigo, não de

seqüestro. Jamais seqüestramos alguém para pedir dinheiro. Queríamos libertar nossos companheiros presos e torturados. Marighella definia muito bem: quem vai financiar nossa atuação é o capital financeiro. Não estamos tirando dinheiro do correntista. Estamos tirando dinheiro do dono do banco. Sempre foi assim. Assaltávamos bancos, expropriávamos dinheiro dos carros pagadores.

O envolvimento de Carlos Eugênio Paz, o "Clemente", com a ALN começou cedíssimo. Aos dezessete anos de idade, ouviu a pregação de Carlos Marighella, pessoalmente. O fundador da ALN recomendou que ele servisse ao Exército no Forte de Copacabana. O conselho que recebeu de Marighella:

- Você não vai ao Exército para aprender a atirar. Porque aprender a atirar você pode aprender aqui mesmo. Quero que você vá lá para duas coisas. Primeiro: aprender a obedecer. A base de qualquer comando militar é assim: o comandante aprende a mandar quando aprende a obedecer. Um soldado disciplinado pode, então, se tornar um comandante de uma tropa de guerrilha. Você vai, primeiro, aprender a obedecer. Segundo: quero que você aprenda como raciocina um militar, para que você possa se transformar num quadro militar da guerrilha.

Assim foi feito. O alagoano radicado no Rio saiu de quartel sabendo o que é uma granada, um fuzil, uma metralhadora, uma pistola automática e o que significa hierarquia. Estava pronto para a guerrilha:

- "A direita jogou suas tropas na rua. A esquerda não jogou nada. Nossa geração queria reagir. Como é que os militares chegam, acabam com a liberdade, arrombam a porta do Palácio do Governo e do Congresso, saem cassando todo mundo?", diz ele. "Queríamos participar da resistência. Marighella foi o primeiro que lançou esta palavra de ordem: temos de resistir com as mesmas armas que eles usaram para tomar o poder. Ou seja: as armas de fogo. Temos de construir uma guerrilha urbana, uma guerrilha rural para derrubar a ditadura. Decidi que ia colocar minha juventude e minha vida sob o comando de Carlos Marighella(...) Qual foi o primeiro ato violento que foi feito dentro de nosso país, senão o dia 31 de março de 1964? Deram o primeiro tiro. Vi um general dizendo que nós é que demos. Não! Quem deu o primeiro tiro foram as Forças Armadas, no dia 31 de março de 1964".

O "TRIBUNAL REVOLUCIONÁRIO" CONDENA O EMPRESÁRIO

Em outro ponto da entrevista, Carlos Eugenio dá detalhes de outra decisão extrema tomada pela ALN: a execução do empresário Henning Albert Boilesen, morto a tiros na manhã do dia 15 de abril de 1971, na rua Barão de Capanema, nos Jardins, em São Paulo. Boilesen foi condenado por um "tribunal revolucionário" da ALN por ter financiado a Operação Bandeirante, organização criada pelo II Exército em São Paulo para centralizar o combate à luta armada. Eugênio apertou o gatilho:

- Dirigi a ação. Fui autor do tiro de misericórdia. É o último tiro que é dado. Tínhamos testemunhas – vivas até hoje – que foram torturadas na frente de Boilesen. Não era um inocente. Não foi justificado por ser empresário, mas por ser um quadro direto da repressão. Como tal, estava sujeito a sanções da guerra. Todos nós estávamos sujeitos a sanções. Boilesen também. E estas sanções, no caso de Boilesen, foram aplicadas. Eu estava sujeito também a sanções de guerra: quantas vezes não mandaram tiro em cima de mim ?

Nesta altura do depoimento, o ex-comandante militar da ALN faz a lista das "marcas da guerra":

- Pegaram a minha mãe em 1974, em São Paulo : ela passou um mês torturada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Minha irmã foi torturada. Minha companheira que tive na vida, Ana Maria Nacinovic, foi fuzilada na luta armada, quando saía de um restaurante. Com todas essas pessoas que iam morrendo, eu morria junto também. E tinha as mortes que cometi. Veja o prejuízo que o golpe de Estado de 1964 causou: fez com que brasileiros e brasileiras tivessem de participar de um aluta fraticida. Alguém acha que estávamos ali porque gostávamos de ficar dando tiro nos outros ?

O ex-comandante militar da ALN é um caso único na história da luta armada: recrutou a própria mãe para a guerrilha. Maria da Conceição Coelho da Paz terminou entrando para a ALN. Tinha 49 anos de idade. Adotou o codinome de Joana. Passou dois em Cuba treinando enfermagem. Iria atuar como enfermeira dos guerrilheiros no Brasil. De volta ao Brasil, terminou presa e torturada, em São Paulo, para dizer onde o filho estava. Não disse. A essa altura, Carlos Eugênio já estava fora do país. Tempos depois, em Paris, disse que uma mãe não entrega um filho. Ficou com sequelas nas mãos, resultado da tortura. A cabeça de Carlos Eugênio valia ouro para os órgãos de segurança. O silêncio da mãe de Eugenio valia ouro para a guerrilha. A "Joana da ALN" morreu aos 79 anos, em 2000.

Carlos Eugênio Paz não chegou a ser preso. Conseguiu sair do Brasil pela fronteira com a

Argentina. Usou, na identidade falsa providenciada pela ALN, o mais banal dos nomes: João José da Silva. Tremeu nas bases quando viu o próprio rosto estampado num cartão de "Procurados" colado na parede do posto da Polícia Federal na estação rodoviária. Mas o agente que o atendeu não notou que aquele João José Silva era Carlos Eugênio Paz. "João José" passou pela Argentina, pelo Chile, por Cuba, pela Rússia e pela Tchecoslováquia, até desembarcar em Paris.

Em Cuba, o comandante militar da ALN viu um general chamado Arnaldo Ochoa estender um mapa em cima da mesa e mostrar o plano de trazer para o Brasil um navio lotado de guerrilheiros cubanos. Eugênio recusou a oferta. Disse que a ALN, organização que carregava a palavra "nacional" no nome, não iria internacionalizar a luta armada.

Ao descobrir que a guerrilha estava sofrendo um golpe atrás do outro, o então comandante militar da ALN desistiu de voltar para o país. Passaria oito anos em Paris, refugiado. Terminou condenado, à revelia, a 124 anos de prisão, por crimes contra a segurança nacional. Eugênio calcula em cerca de oito o número de militares mortos nas ações de que participou.

De volta ao Brasil em 1981, o ex-guerrilheiro arranhou um ocupação improvável, ao percorrer os anúncios classificados de um jornal em busca de trabalho: virou professor de música de crianças na creche Acalanto, na rua Visconde de Caravelas, em Botafogo. Depois, deu aulas de música na Escola Parque, na Gávea. Abriu um curso em Ipanema. Toca violão, piano e baixo. Tinha estudado música quando criança. Considerado desertor do exército, requereu, junto à Comissão de Anistia, a reintegração nas forças armadas. Conseguiu. A portaria do Ministério da Justiça que reintegra Clemente ao Exército foi publicada no dia três de fevereiro de 2010. Hoje, é terceiro-sargento do Exército – inativo, obviamente. Precisou de dez anos de psicanálise para conviver com as "marcas da luta". Não é tarefa para amadores. Tinha interrompido as sessões, mas retomou, há pouco. Aos 61 anos de idade, vive com a mulher no interior do Rio. Pretende, em breve, publicar um novo livro. É personagem de um documentário que, se tudo der certo, deve chegar às telas no ano que vem. Teve um enfarte, mas foi salvo por uma angioplastia, em outubro de 1988. Ainda assim, voltou a fumar, desbragadamente. Ao final da entrevista, fumou três cigarros – um atrás do outro, sem intervalo. Em troca de e-mails com o repórter, assina o nome que usava nos tempos da guerrilha: Clemente. É como se quisesse dizer: Carlos Eugênio ainda é Clemente. E Clemente nunca deixou de ser Carlos Eugênio.

(*) Trechos desta matéria foram publicados na edição desta segunda-feira de O GLOBO

Acesse o Artigo Original:

<http://www.uniblogbr.com/2012/07/incrivel-historia-do-guerrilheiro-que.html#ixzz1zaFPUerl>